

Joseca Yanomami - Wāha apē kua - nē ropē - Cará tem nē ropē

Joseca

# A TRAMA DOS POVOS DA FLORESTA: AMAZÔNIA PARA ALÉM DO VERDE

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2021.46237>

ANA CLAUDIA DUARTE CARDOSO\*

**RESUMO:** Este artigo oferece uma narrativa instruída por revisão de literatura e pesquisa empírica para demonstrar que a colonização e o racismo estão ligados à cultura de desmatamento e devastação da Amazônia. Aponta, ainda, a importância que o esquecimento das pessoas e de suas espacialidades tem para as aparentes dificuldades de articulação entre o todo (a floresta) e as partes (vilas e cidades), assumidas como fragmentos que abrigam a vida cotidiana. Apresenta-se a formulação da trama dos povos da floresta como uma espacialidade nativa capaz de orientar o reencontro dos diversos campos de conhecimento com as múltiplas escalas e temporalidades entrelaçadas da região e oferecer soluções possíveis para as múltiplas crises globais já colocadas no século XXI.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amazônia. Povos da floresta. Periurbano estendido. Cidades Amazônicas.

## THE WEFT OF THE FOREST PEOPLES: AMAZONIA BEYOND THE GREEN

**ABSTRACT:** This article offers a narrative instructed by literature review and empirical research to demonstrate that colonization and racism are linked to the culture of deforestation and devastation of the Amazon. It points out the importance that the forgetfulness of people and their spatialities has for the apparent difficulties of articulation between the whole (the forest) and the parts (towns and cities), assumed as fragments that house daily life. The formulation of the Weft of the Forest People is presented as a native spatiality capable of guiding the re-encounter of the various fields of knowledge with the multiple scales and intertwined temporalities of the region, and of delivering possible solutions to the multiple global crises already posed in the 21st century.

**KEYWORDS:** Amazon. Forest peoples. Extended peri-urban. Amazonian cities.

\* Universidade Federal do Pará.

## Introdução

1 Disponível em: <https://www.theamazonwewant.org/amazon-assessment-report-2021/>.

2 Sigla do inglês para Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas ([www.ipcc.ch](http://www.ipcc.ch)).

3 As expressões tríade e tétrede são originárias da música e correspondem, respectivamente, à combinação de três ou de quatro sons em acordes musicais. Elas foram incorporadas na linguagem como grupos de três e quatro elementos, equivalentes a trio e tétrede.

Compreender os desafios da Amazônia brasileira é como jogar com um cubo mágico. Tenta-se resolver um quebra-cabeça de várias faces, completam-se uma, duas delas e, justamente quando a solução parece próxima, percebem-se as demais facetas do objeto incompletas. Em meio à frustração, constata-se que o caos entre elas só aumentou e a resolução se encontra ainda mais distante. A partir desta alegoria, este artigo busca demonstrar que as questões amazônicas são multifacetadas e pedem soluções que reconheçam a sua complexidade, assim como as do cubo mágico. Contudo, apesar de a Amazônia ser objeto de pesquisa de diversos campos de conhecimento, predominam as análises parciais, concentradas apenas no “verde” da floresta. Desarticuladas, essas análises resolvem apenas uma parte do quebra-cabeça e não encontram soluções capazes de evitar a destruição do bioma.

A motivação prática para esta reflexão adveio da assimetria observada entre as partes do *Amazon Assessment Report 2021*<sup>1</sup>, relatório produzido por um coletivo de mais de duzentos cientistas, que compuseram uma espécie de Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)<sup>2</sup> para a Amazônia. Dos 34 capítulos do documento, nenhum foi dedicado à discussão territorial capaz de abordar a tríade cidade-campo-floresta, ou a tétrede<sup>3</sup> cidade-rio-floresta-campo, como um repertório socioespacial ancestral da região. E, nos que fazem alusão direta às cidades, a situação colocada é a de buscar articular a floresta e suas cidades globalizáveis.

Nesta publicação, há uma diferença considerável na capacidade de análise dos diferentes campos de conhecimento que se dedicam à pesquisa sobre a região, com muito mais robustez entre aqueles que assumem como objeto a região vista a partir do dossel das árvores – faixa que corresponde à copa das árvores e que abriga a maior parte da fauna e flora – ou acima das copas, considerando seus processos físicos, químicos e climáticos ou a sua biodiversidade, sob a perspectiva ecológica. Chama atenção o quanto as pessoas e suas especialidades estão apartadas dessas leituras, o quanto as ferramentas de análise deixam de explorar as geotecnologias quando se fala dessa questão socioterritorial e, ainda, o quanto as equipes se reduzem e deixam de contar com cientistas baseados na região.

Algumas questões parecem emergir desta assimetria: será possível compreender a importância de um fragmento – ou do que acontece em um assentamento ou tipologia de ocupação do solo – sem articulá-lo ao todo? Existe alguma relação entre a elevada abstração de políticas e do planejamento orientado para a região e o racismo contra os povos originários e tradicionais? E com o modo como as colonizações sofridas provocaram genocídios e retrocessos tecnológicos dos povos originários em relação ao período pré-cabralino? Será possível pensar um futuro sem conhecer os repertórios espaciais que sempre funcionaram na região?

A reflexão sobre estas perguntas se desenvolve a partir de deduções lógicas e experiências empíricas, contrapostas a notícias e à literatura selecionada sobre a região. Ademais, baseia-se na premissa da produção social do espaço e da natureza e na possibilidade de leituras sobre territórios a partir de sua materialidade, apoiadas na sua geo-história e em estratégias de análise de atributos de arranjos espaciais.

### *Da colonização ao racismo e ao desmatamento*

Talvez um bom ponto de partida seja lembrar que existe uma relação entre o avanço da abstração em relação à realidade vivida na região e as colonizações que ela sofreu. A desumanização do território está diretamente ligada à polissemia da palavra colonizar, cujos significados são reveladores dos propósitos do colonizador desde o século XVII até o século XX e – por que não dizer? – o século XXI.

Colonizar como “estabelecer colônia” ilustra o projeto português do século XVII de dominar a região para destiná-la à agricultura, ao *plantation*, propósito que foi reelaborado no século XVIII, a partir da constatação de que era mais vantajoso recolher os produtos prontos da floresta do que implementar agricultura nos solos amazônicos (COSTA, 2019) e habitá-los como um colono, para poder alastrar-se. Constituiu-se, então, um extrativismo de coleta que sempre dependeu do conhecimento especializado dos nativos para alcançar escala compatível com o consumo de massa que se estabelecia nas regiões que lideravam a Revolução Industrial, especialmente na Europa Ocidental.

Esta exploração foi engendrada pelas missões religiosas, mas foi consolidada por coordenação laica, com o auxílio da escravização de pessoas indígenas e negras, do

estímulo à miscigenação para formação de famílias híbridas entre nativos e portugueses, da fixação da população no território em vilas e cidades – aproveitando os conventos que se apropriaram das aldeias – e, em última instância, do recurso à urbanização para controle do território conquistado.

Costa (2019) destaca que tais estratégias foram ambivalentes: consolidaram o reconhecimento da importância do trabalho dos nativos e, simultaneamente, iniciaram a degradação do aparato tecnológico que havia se acumulado na região. Explicando melhor, mesmo que os produtos da floresta – especiarias/drogas do sertão, frutos, óleo de peixe etc. – fossem os dinamizadores dos fluxos entre a região e a Europa, o trabalho nativo – para identificar as espécies de interesse, sua localização e condições de coleta – foi mantido invisibilizado já no século XVIII e foi cada vez mais subalternizado no decorrer dos séculos XIX e XX.

Foi somente nas primeiras décadas do século XXI que aconteceu um literal descobrimento de evidências que revelaram como se dava a vida cotidiana pré-cabralina, por meio de pesquisas desenvolvidas nos campos da arqueologia e da paleoecologia (NEVES, 2022; HECKENBERGER et al., 2008; PRESTES-CARNEIRO et al., 2016; PRÜMERS et al., 2022; ROSTAIN, 2010). Os estudos da arqueologia trazem evidências raras sobre o espaço vivido, reconstituído a partir de registros materiais que revelam a sofisticação e complexidade das sociedades que habitavam a região e, ao mesmo tempo, indicam a magnitude do retrocesso tecnológico sofrido no decorrer de 5 séculos de genocídio e ecocídio silenciosos (PIZARRO, 2020; VIEIRA, 2017).

O colonizador sempre desejou se multiplicar no território e se estabelecer como o agente social mais importante, justificando-se por aspectos simbólicos e abstratos, reeditados e fortalecidos, inúmeras vezes, pela superposição da lógica imperialista, das religiões patriarcais, do racionalismo e mecanicismo etc., que, segundo Fanon (2008), permitiu que a Europa se tornasse referência de cultura, estética, tecnologia e organização social, difundindo um racismo perverso. A existência de outros arranjos sociais, espiritualidades, matriarcados e paisagens associou a Amazônia às velhas crenças europeias sobre inferno, pecado etc., justificando as formas predatórias e destrutivas de ação civilizatória portuguesa, como também da posterior integração espacial e econômica da Amazônia ao Centro-Sul do país (PIZARRO, 2020; VIEIRA, 2017).

Deste modo, o colonizador sustenta seus pressupostos em abstrações<sup>4</sup>, selecionando

representações da realidade conforme sua conveniência em detrimento da genuína compreensão da *práxis* da vida cotidiana. Tal postura começou a ser questionada após a Convenção para a Prevenção do Crime de Genocídio, da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1944, e das Convenções nº 107 e nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que abordaram a terra como elemento essencial para grupos que são vistos como minoritários pela perspectiva hegemônica – social, econômica e cultural – contemporânea. A adesão do Brasil a estas convenções definiu a operação e ampliou os direitos já reconhecidos pela Constituição de 1988 aos povos indígenas e comunidades tradicionais, ambos herdeiros dos conhecimentos e dos estigmas impostos no decorrer das colonizações sucessivas ocorridas na região.

Os pressupostos mais perversos da colonização na Amazônia foram reativados em meados do século XX pelo próprio Brasil. Em um primeiro movimento, em vez de se realizar a expropriação e divisão de latifúndios entre agricultores sem-terra e os minifundiários em áreas já colonizadas, o país tomou a decisão de realizar reforma agrária em uma região tomada como vazia, visto que seus habitantes não possuíam o status de civilizados (GUERRA, 1953). A imigração dirigida para clima e solo pouco conhecidos pelos assentados, somada aos equívocos e recuos na política federal nos anos 1970, resultaram em uma taxa de abandono de 60% das áreas de assentamento no início do século XXI (PASQUIS et al., 2005). Pasquis et al. (2005) explicam que, na etapa seguinte do processo, houve a aglutinação de lotes abandonados em fazendas, formando latifúndios maiores do que os já existiam no país e que haviam inspirado a agenda da reforma agrária. Avalia-se que a mobilização realizada pelo governo militar atraiu a mão de obra excedente de outros estados para a região, aliviando as tensões na origem e favorecendo a expansão do latifúndio e do setor agropecuário em todo país.

Esse movimento promoveu uma ruptura em uma tendência histórica de assimilação de mão de obra recém-chegada para a produção a partir da floresta viva, baseada em um arranjo de interdependência entre cidade e floresta, que era devidamente mediado pelas vilas e localidades, a partir das quais se dava o acesso às rotas de coleta na floresta (COSTA, 2019; VENTURA NETO, 2017). Tal arranjo era típico na Amazônia brasileira, mas Saqalli et al. (2020) também o descrevem como válido para a selva pan-amazônica.

4 A palavra abstração é empregada no sentido de operação intelectual, em que um objeto de reflexão é isolado de fatores que comumente lhe estão relacionados na realidade.

5 Práxis é entendida aqui como união dialética entre teoria e prática.

Sem conhecimento nativo, a má qualidade do solo e o baixo potencial agrícola favoreceram o uso extensivo da floresta recém-convertida em terra ou solo rural. Importou-se a premissa de remoção da vegetação de outras regiões, sem saber que a floresta viva era a principal fonte de matéria orgânica para o solo e que o conhecimento indígena havia sido capaz de gerar fertilidade perene destes solos por meio de processos de compostagem ainda não completamente compreendidos (SOUZA et al., 2018). Segundo Mourão (2008), os assentamentos não chegaram a ser planejados; em sua maior parte, houve legitimação de assentamentos espontâneos, que se constituíram em meio a uma marcha de apropriação de terras. Costa (2019) explica que a destinação das terras anteriormente ocupadas por floresta para atividades agropecuárias não só as transformou em mercadoria, como foi seguida pela prática de formação de estoques de terra como medida contracíclica em relação à economia de produtos agropecuários. Diferentemente do que ocorreu em outros países, fazendeiros e camponeses chegavam ao mesmo tempo, juntamente com instituições bancárias, comerciais e de outras instituições representativas do desenvolvimento nacional, para usufruir desta possibilidade de estoque de terras cada vez mais estimulada pelas riquezas do subsolo, que eram descobertas com o uso de tecnologias como o radar e o sensoriamento remoto.

Neste ponto, a logística de transporte emerge como artifício para a expansão geográfica da colonização. Durante a colonização portuguesa, o modal hidroviário foi assimilado da cultura nativa, para a qual o rio contava com múltiplas funcionalidades e determinava os sítios para as aldeias, também apropriados pelos portugueses para a fundação das cidades coloniais (CORREA, 1987). À medida que os novos modais foram implementados e que a eles foi destinado o fluxo das mercadorias, a mobilidade da população que continuava a depender dos rios foi deixada em segundo plano. Não houve avanço na provisão de estruturas de embarque ou de fontes de energia para embarcações e o assoreamento de canais eliminou as antigas rotas de abastecimento da população ribeirinha. O tempo lento da viagem pelos rios passou a significar atraso.

A transição para os modais terrestres foi feita por meio de ferrovias, no final do século XIX e início do século XX, durante o período de maior exaltação da importação de símbolos, saberes e tecnologias de sociedades industriais, graças à riqueza advinda da exportação da borracha. A ferrovia era a expressão máxima da escala de produção e consumo da sociedade industrial, e duas foram paradigmáticas na Amazônia: a

Estrada de Ferro Belém-Bragança, que esteve em operação entre 1884 e 1960 e foi vetor da estruturação metropolitana de Belém/PA, ligando-a à costa atlântica, e de conversão das terras do nordeste paraense ao uso agrícola (ANDRADE, 2010; PENTEADO, 1968); e a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que operou de 1907 a 1972, pretendia oferecer a solução de conexão entre os oceanos Atlântico e Pacífico e, em 1906, motivou a construção da *company town* que deu origem à cidade de Porto Velho/RO (MORELATO, 2021). Além destas, a Estrada de Ferro Tocantins viabilizou a navegação – e o comércio – entre Belém/PA e Marabá/PA através do Rio Tocantins, suplantando as corredeiras que existiam entre Tucuruí/PA e Marabá/PA até o barramento do rio pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE Tucuruí).

O modal ferroviário foi pensado de modo associado às hidrovias, que ainda mantinham o protagonismo na drenagem dos produtos de coleta da floresta. Os assentamentos localizados nas margens de rios eram articulados às cidades, estrategicamente posicionadas na confluência entre dois rios (CORREA, 1987), constituindo microrredes urbanas. Tais microrredes não são reconhecidas pelos órgãos oficiais, mas são apontadas por pesquisas recentes, com destaque para as de Pinho (2012) e Dal’Asta e Amaral (2018), que reconhecem a inter-relação entre as vilas, entre si e com as cidades, e para a proposta de sistemas territoriais urbano-ribeirinhos de Bartoli (2018). Estes estudos registram repertórios espaciais regionais que foram completamente desconsiderados pela concepção rodoviária e, depois, pela logística multimodal implantada para o escoamento de commodities (HUERTAS, 2009).

A abstração avançou à medida que o modal rodoviário foi estabelecido, ocasião em que foi iniciado um processo de instituição de poligonais para a definição de assentamentos de empresas extrativistas, que desacoplou a terra dos demais elementos da paisagem – pessoas, vegetação, rios e animais – e que em uma questão de anos a transformou em propriedade (VENTURA NETO, 2017). Até a colonização brasileira, o controle das terras na região não era importante; o que importava para quem detinha os meios de produção era o controle da mão de obra daqueles que conheciam as rotas de extração dos produtos com valor comercial da floresta viva, por meio de um sistema chamado *aviamento*, que mantinha o trabalhador isolado na floresta e dependente do patrão, sempre endividado quando o crédito era descontado do total da produção, obrigando-o a permanecer no lugar de trabalho (SANTOS, 2019).

6 Mais informações sobre a Fundação Viver, Produzir e Preservar e FASE Amazônia estão disponíveis em:

[www.fvpp.org.br](http://www.fvpp.org.br); [www.fase.org.br](http://www.fase.org.br).

7 Belém/PA abrigou o Fórum Social Mundial em 2009 e o I e X FOSPA, em 2001 e 2022, respectivamente. A cidade também abriga o maior número de instituições de pesquisa e organizações populares da região, sendo metade de sua extensão produzida informalmente, e abriga diversas identidades amazônicas. Contudo, apesar de palco de certa convergência de segmentos políticos, acadêmicos e sociais quanto à necessidade de articulação positiva entre tecnologias e conhecimento tradicional, é também um espaço submetido à disputa, em que pontos de genuína urbanidade são dialeticamente ligados à exploração econômica – por exemplo, o complexo da feira do Ver-o-Peso e a Ilha do Combu, que, ao mesmo tempo em que são espaços da vida cotidiana ribeirinha, tornaram-se atrações turísticas sujeitas à gourmetização e disneyficação.

Estas circunstâncias retardaram a organização de trabalhadores em entidades sindicais em comparação às formas de organização do trabalho em contexto industrial. Um marco de mudança neste quadro foi a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, em 1985, com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri e de outros municípios do Acre. Após a redução dos investimentos federais nos assentamentos e frentes de obra abertas na região, em meados dos anos 1980, a Pastoral da Terra ajudou a estruturar os sindicatos de trabalhadores rurais e algumas entidades de organização camponesa de grande capacidade de articulação internacional, como a Fundação Viver Produzir e Preservar, fundada em Altamira/PA, em 1991, que aglutinou camponeses, movimentos pastorais e populares urbanos e educadores da Rodovia Transamazônica e do Rio Xingu e a FASE Amazônia, subsidiária da organização não governamental (ONG) nacional Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), que atua há 60 anos na educação popular para a construção de um campo político crítico ao projeto desenvolvimentista e da disputa por uma democracia socioambientalmente sustentável<sup>6</sup>.

A organização dos movimentos sociais produziu muitas lideranças sociais comprometidas com a justiça ambiental, a defesa dos bens comuns e dos direitos territoriais e a luta pelos direitos das mulheres. Algumas destas lideranças foram transformadas em mártires pela violência no “campo”, como Chico Mendes, Dorothy Stang e Bruno Pereira. Além disso, a constituição de fóruns, como o Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA)<sup>7</sup>, que desde 2001 reúne representações sociais dos nove países amazônicos, procura dar voz às manifestações de quilombolas, indígenas, ribeirinhos, camponeses e moradores da periferia das cidades. Nestes eventos, as formas de expressão próprias desses grupos – o canto, a dança, o artesanato, a língua e oralidade, a espiritualidade e o corpo – convergem para manifestos escritos, registros que podem orientar o diálogo com outros segmentos que se apoiam fortemente na documentação escrita: oficiais, técnicos e acadêmicos. Outro manancial de denúncias de injustiça está disponível nos sítios eletrônicos e nas redes sociais de associações indígenas e de ONG e congêneres que atuam na região.

Porém, apesar da organização crescente de ribeirinhos, camponeses, indígenas, quilombolas e moradores da periferia, o poder segue concentrado nas mãos de grupos que foram beneficiados pelo financiamento federal ou foram ligados ao planejamento

centralizado implementado pelo governo militar. Este último, além de fazer reforma agrária derrubando floresta e valorizar terras na medida em que implantava rodovias, baseou-se no aparato tecnológico e nas correntes de pensamento ligadas a um paradigma mecânico-químico (ARAÚJO, 2000) para instrumentalizar a ação técnica e operativa de toda a Operação Amazônia, concebida pelo Ministério do Planejamento e operada pelo Ministério do Interior por meio de políticas, financiamentos e mapas programados, como destaca Ventura Neto (2017). Rocha e Gonçalves (2017) consolidaram os mapas dos grandes projetos planejados de 1970 a 1990<sup>8</sup>. Nesta representação, a área correspondente a 60% do Brasil, o quinto país em extensão territorial do planeta, foi representada como espaço econômico e geométrico sem nenhuma correspondência com a experiência vivida ou com sua sociobiodiversidade.

É preciso notar que as políticas federais operaram a ruptura nas formas de produção gradativamente, auxiliadas por outros níveis de abstração do espaço. Constituiu-se um ciclo perverso de ocupação de terras públicas não arrecadadas a partir de informação privilegiada sobre investimentos públicos ou privados, a posterior criação de fatos políticos que deram oportunidade de declaração de posse e a conclusão do processo, anos depois, com a regularização da terra reclamada como propriedade privada (A POLÍTICA..., 2020; BRASIL, 2009). Com isso, a floresta que antes era apropriada e manejada coletivamente passou a ser vista pelo estereótipo de manancial de recursos naturais – madeira, minério, água e potencial hidrelétrico.

Estas mudanças foram auxiliadas por recursos tecnológicos e pelo conhecimento sistematizado sobre os processos e sistemas naturais próprios do bioma. Muito deste conhecimento adveio de leituras mediadas por uso de radar e de imagens de satélite, ou de antenas gigantes posicionadas acima do dossel das árvores – na geologia, biologia, climatologia e agora também na arqueologia –, complementadas por incursões de campo na floresta. Ao longo de décadas, as varreduras realizadas na região detectaram e quantificaram os bens primários gerados pelos ecossistemas: a madeira de boa qualidade, o potencial hidrelétrico dos rios, as características do solo e subsolo, assim como o potencial para mineração e aptidão para monocultura<sup>9</sup>, mas sem articular essa base material às questões políticas e sociais.

As redes de pesquisa internacionalmente articuladas investigaram a contribuição da floresta para o clima e biodiversidade, compreendendo como ela presta serviços

8 Mapa disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/24132/img-1.png>.

9 Referimo-nos ao Projeto Radar na Amazônia (RADAM), às pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para adaptação de espécies cultiváveis ao clima e solo da região e ao Programa de Integração Mineral em Municípios da Amazônia (PRIMAZ), desenvolvido pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e utilizado por lideranças políticas de Santarém/PA para convidar os fazendeiros mato-grossenses a plantarem soja no planalto santareno, dentre outros.

10 Mais informações disponíveis em: <https://silo.tips/download/relatorio-do-projeto-megam>.

ecossistêmicos em escala continental e planetária – tais como o Experimento de Larga Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia Liderado pelo Brasil - LBA e o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7 –, e iniciaram as formulações ambientalistas de unidade de conservação e a criação de secretarias de meio ambiente nos municípios (FIORAVANTI, 2021; LUIZÃO; NOBRE; MANZI, 2005). Nesta visão, ilhas de vegetação (polígonos) deveriam ser mantidas a salvo das atividades produtivas e dos seres humanos em geral. Como esta polarização clássica entre exploração e proteção da floresta só faz sentido dentro da cosmovisão capitalista, os movimentos sociais reagiram apresentando a agenda socioambiental dos seringueiros, que demandava o direito de quem sempre viveu na floresta de continuar a habitá-la. Neste ponto, torna-se necessário o reconhecimento de que o capitalismo, e não os seres humanos, opera segundo uma única lógica.

No âmbito regional, estudos sociológicos realizados por pesquisadores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) apoiaram os movimentos sociais que se diversificavam também segundo etnia e raça e reclamavam seus territórios (ACEVEDO; CASTRO, 1998). O movimento quilombola, por exemplo, obteve muitas vitórias no estado do Pará, onde houve o maior reconhecimento de territórios quilombolas no país (TRECCANI, 2006). Outra frente de pesquisa relevante foi orientada para a relação com as águas, com foco no relacionamento de ribeirinhos com os rios e manguezais e na dinâmica da pesca, seja localizada nos grandes rios ou nas áreas costeiras, cada vez mais disputadas pelo turismo e ameaçadas pela expansão imobiliária predatória (ROCHA; SOARES; MORAES, 2019). Pesquisas realizadas em redes regionais, como o Estudo das Mudanças socioambientais no estuário amazônico - projeto MEGAM<sup>10</sup> e a Nova Cartografia Social da Amazônia, também assumiram a perspectiva socioambiental e o foco nas injustiças impostas aos grupos sociais invisibilizados.

O desencontro entre as narrativas obtidas a partir de satélites e as de base empírica fez com que externamente à região, no início deste processo e ainda hoje em alguns segmentos conservadores, o senso comum fosse/seja de que os povos originários e as populações tradicionais eram/são um problema. Os “diferentes” são enquadrados como grupos que merecem pouca credibilidade porque são vistos como pobres, desinteressados nas transformações propostas pelo desenvolvimentismo (MOURÃO, 2008;

PASQUIS et al., 2005). Este posicionamento sempre desconsiderou o conhecimento de povos indígenas, tradicionais e camponeses mestiços, sobre como manejar o bioma e a sua contribuição para a preservação da biodiversidade e para a segurança alimentar em muitos municípios, fato de grande importância para o enfrentamento da perda de biodiversidade e da emergência ambiental (IPCC, 2022; IPBES, 2019).

Estes grupos foram enquadrados da mesma maneira que os milhões de imigrantes atraídos pelos projetos de assentamento de reforma agrária e pelas frentes de obra, que, diante das reestruturações sofridas no campo e na floresta, assumiram a velha fórmula da migração para as cidades, típica da sociedade urbana-industrial e piorada pelo capitalismo periférico.

Um parêntese precisa ser feito sobre o caso particular dos imigrantes que fizeram fortuna graças a sua compreensão do jogo especulativo de apropriação de terra. Foram pioneiros na gênese de cidades próximas aos grandes projetos de mineração, agropecuária, grandes hidrelétricas etc. – caso de Parauapebas/PA e Canaã dos Carajás/PA – que difundiram a narrativa da terra de oportunidades, enquanto nas áreas de várzea, onde a ocupação já estava estabelecida havia séculos, a chegada de portos aliadas às plantas industriais – caso de Barcarena/PA e Abaetetuba/PA – ou ao monocultivo de soja – caso de Santarém/PA, Belterra/PA e Mojuí dos Campos/PA –, iniciou-se um conflito permanente à medida que a contaminação de solo, água e ar se estendeu por territórios de populações que dependem dos rios e florestas para sobreviver. Este contraste lembra a descrição da situação colonial descrita por Balandier (1951), em que operações planejadas, segundo interesse específico na exploração de recursos naturais, causam impacto e deslocamento de comunidades inteiras e promovem a subalternidade sob a justificativa de que são obstáculos ao desenvolvimento.

A elevada abstração do planejamento oficial focado na produção deixou lacunas de orientação sobre aspectos ligados à reprodução da vida, que facilitou a transposição de ideologias, crenças e valores próprios das práticas colonialistas. A partir de um campo pouco mobilizado pelas políticas públicas como a psicanálise, Kilomba (2019) alerta que o poder imposto é essencial para extrapolar o preconceito e constituir o racismo, e que este último é a reedição no presente da história colonial. Segundo a mesma autora, outro aspecto a ser observado é a alienação do colonizador em relação aos processos de transferência de tudo o que é reprimido em sua sociedade para aquela

que é colonizada. Sociedades que colonizam – brancas, patriarcais, heteronormativas, de religião judaico-cristã etc. – carecem de alteridade e projetam, a partir de suas abstrações alienantes, nos grupos que elas transformam em subalternos a violência e sexualidade reprimidas para justificar seu racismo e sua violência contra os corpos e os territórios destes grupos.

O ponto fundamental é que a negação de outras cosmovisões é estratégica para a imposição da cosmovisão capitalista como inevitável. Nos anos 1980, o debate sobre a finitude dos recursos no planeta já estava posto, mas símbolos, imagens e formas de expressão seguiram manipulados para fazer com que a periferia absorvesse o que já era indesejável em outros contextos, particularmente no que dizia respeito a atividades poluentes e degradadoras da paisagem – e assim chegaram os grandes projetos.

Além disso, a virada ambiental nos países centrais recorreu à prática funcionalista de recomposição de verde para usufruto humano, sem reconstituição ecossistêmica ou preocupação com a interdependência entre espécies, e realizou a transferência do que era incômodo para países do Sul Global – p. ex., poluição e devastação –, visto que estratégias produtivas e a divisão social do trabalho, tal como já eram praticadas, foram mantidas, não só continuando a exploração acima da capacidade do sistema, como também criando situações de grave injustiça ambiental nas periferias que passaram a ser colonizadas desde então.

Retornando às questões territoriais e materiais, Monte-Mór (1994) já alertava que o planejamento do período do governo militar não levou em conta a expectativa de base urbana que os migrantes traziam nem a carência de serviços e equipamentos públicos – em especial de saúde e educação – das cidades e vilas que já existiam, denunciadas por viajantes como Wagley (1957). Enquanto a região era enquadrada como agrária extrativa pelos planos federais, a importação de metodologias estrangeiras de planejamento regional e urbano passava a ser orientada por uma concepção funcionalista de cidade totalmente vinculada à realidade industrial (LUCCHESE, 2009).

Em consequência disso, as cidades que já existiam não mereciam atenção das empresas e instituições federais e as proposições se basearam em novos núcleos e *company towns* (LUCCHESE, 2013; VICENTINI, 2004). Os anos de 1970 e 1980 constituíram um período de disseminação de estruturas modernistas para apoiar grandes projetos, como a Vila do KM-13 da UHE Tucuruí, a Vila de Carajás (em Parauapebas/

PA) e a Vila dos Cabanos (em Barbacarena/PA), e a construção de novos núcleos para cidades remanejadas em função da criação de lago de hidrelétrica ou de inundações periódicas – p. ex., Itupiranga/PA, Novo Repartimento/PA e Nova Marabá (em Marabá/PA) –, baseadas em projeções de crescimento populacional que eram muito menores do que o que aconteceu de fato. Este léxico modernista/funcionalista foi composto por áreas habitacionais, de comércio e serviços e institucionais, além do sistema viário e áreas verdes, segundo uma concepção de cidade autocontida em si mesma, apartada do seu entorno, segundo a dicotomia urbano-rural também importada das sociedades urbano-industriais.

Operava-se a separação da tétrede que melhor caracteriza a dinâmica territorial da Amazônia (cidade-rio-floresta-campo): a floresta foi transformada em campo – na verdade, um espaço rural, do ponto de vista legal, entrecortado pelo tecido urbano extensivo em que estão baseadas as atividades extrativas industriais (minas, alojamentos, *company towns*, usinas, portos, distritos industriais) ou fazendas de alta tecnologia ligadas ao setor agropecuário, com acesso a recursos que não são disponíveis nas cidades (telecomunicações, habitação, instalações industriais de alta tecnologia etc.). Já os rios passaram a ser vistos como hidrovias para escoamento de commodities por meio de superportos, que se localizam nas áreas de calado adequado para os graneleiros, seja em cidades – p. ex., substituição da praia pública Vera-Paz por um porto de exportação de soja em Santarém/PA – ou no espaço periurbano entrecortado de comunidades ribeirinhas, como é o caso de Abaetetuba/PA, para a mesma empresa que já opera em Santarém/PA.

Aos grupos que perderam território (população camponesa nativa) ou que desistiram dos lotes rurais (assentados de reforma agrária), restava a migração para as cidades consolidadas – inicialmente para as metrópoles e posteriormente para os centros regionais. Nestes destinos, saber manejar a floresta não tinha valor e o enquadramento possível era em trabalho de baixa qualificação, o que estimulou a formação das periferias de despossuídos, com problemas semelhantes às periferias das cidades de economia industrial do Centro-Sul do Brasil.

O volume desse movimento populacional, atualmente, alcança cidades de todos os portes e desafia os pesquisadores dedicados à mineração de dados a partir do uso de geotecnologias, que têm realizado paralelos entre cidades brasileiras e que posicionam as cidades da Amazônia como aquelas com maior extensão de áreas de produção

11 Mais informações estão disponíveis em: <https://amazonia2030.org.br/as-cidades-na-amazonia-legal-diagnostico-desafios-e-oportunidades-para-urbanizacao-sustentavel>.

informal (Belém/PA e Manaus/AM são as campeãs), maior carência de arborização e onde há maior precariedade de moradia e, não por acaso, maior informalidade de trabalho<sup>11</sup>.

Como o uso do repertório modernista funcionalista nas cidades cresce à medida que o setor imobiliário aproveita a capacidade de consumo da mão de obra – assalariada ou enriquecida pelos negócios clandestinos – para financiar as tipologias que são reconhecidas em outras regiões, há certa dificuldade de associação das dinâmicas rurais às condições de uso e ocupação de áreas situadas dentro e no entorno das cidades. Quanto maior o projeto ligado à produção de commodities, mais frequentes são as alterações de perímetro urbano, o crescimento de mancha urbana e a expectativa de rápida transformação de pequenas cidades em cidades de médio ou grande porte. Tal expectativa não se sustenta no estágio de automação e mecanização do empreendimento capitalista contemporâneo – nas minas, campos de soja e fazendas –, que precisa de cada vez menos mão de obra, e não promove o crescimento de cidades como foi observado no século XX; ao invés disso, a nova logística de transportes e telecomunicações transformou pequenas cidades e os espaços de produção em periferias descontínuas de centros de comando globais para as decisões econômicas ou nacionais e regionais para o acesso a serviços especializados.

Estas considerações expõem as conexões entre a colonização do passado e do presente e a construção da subalternidade e do racismo. Ambos são muito mais difíceis de serem reconhecidos para serem enfrentados quando, como no jogo do cubo mágico, as áreas de conhecimento não se articulam entre si ou de modo multiescalar e multitemporal. O que Cusicanqui (2013) registrou para a Bolívia também é válido para a Amazônia brasileira: a oralidade de grupos periféricos e marginalizados foi tomada como incapacidade cognitiva pela elite, educada segundo um sistema herdado do colonizador, e a relação com o tempo – cíclico e não linear –, com o corpo – com outra cor, outro cheiro e aparência – e com o território – o lugar de moradia, mas também da produção e da festa – foi assumida como incivilidade.

Quem tem o poder de exercer a negação cultural é racista na sua prática. Em termos acadêmicos, quem não consegue reconhecer a sociodiversidade e suas espacialidades não compreende as consequências de algo que acontece em um pequeno fragmento para todo o sistema.

## *A relação entre o todo e as partes, ou entre a abstração e a experiência cotidiana*

A substituição de paisagens culturais, que foram produzidas por meio de um longo relacionamento entre população, rios e floresta, por paisagens ditas produtivas a partir da perspectiva da cosmovisão capitalista, pode ser um fio condutor para o manuseio da engrenagem do cubo mágico. Se solucionar o cubo equivale a encontrar uma solução para a ameaça de destruição, como articular o interesse de tantos cientistas pela preservação do bioma – e não somente pela viabilidade de exploração das riquezas produzidas pelos seus ecossistemas – com a necessidade de levar em conta a agência humana enraizada na própria região?

12 Disponível em:

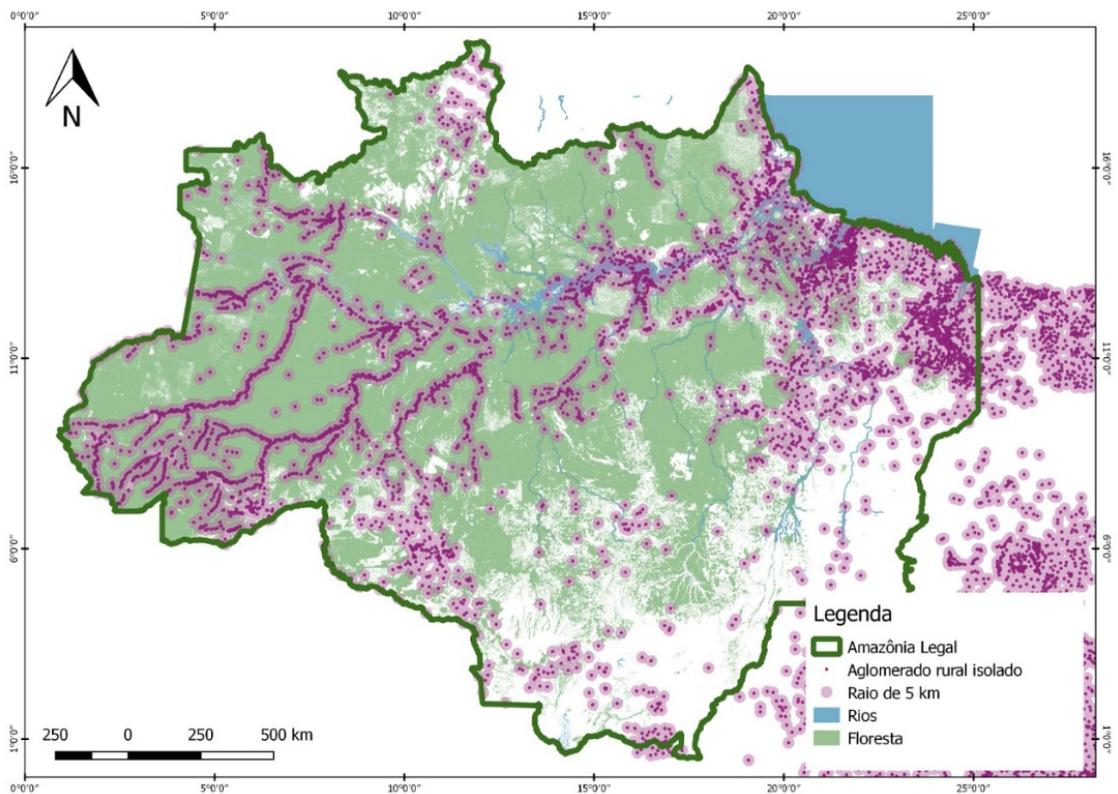
<https://cps.fgv.br/populacao-com-renda-abaixo-de-r-497-2012-ate-2021-uf>.

Conforme o clamor dos ecologistas tornou-se mais audível nas sociedades já ditas pós-industriais, os protocolos de certificação passaram a atestar o esverdeamento de processos – consumo de menos água e energia, reciclagem de materiais, uso de embalagens biodegradáveis etc. – sem compreender que, para além do centro do sistema capitalista, em áreas não completamente convertidas como a Amazônia, existem memórias sobre como promover genuína regeneração (social e ecológica) e que estas estão sendo apagadas pela disputa por terra, pelo subsolo, para a geração de hidroeletricidade que permite a manutenção da expectativa de consumo de massa e a oportunidade de acumulação primitiva em empreendimentos imobiliários localizados em terras recém-desmatadas.

Eventualmente, um gestor público desavisado pode analisar um mapa de pobreza retratando o Brasil em 2021<sup>12</sup> e concluir que a floresta deve ser eliminada para que haja melhora dos indicadores econômicos nos estados com maior percentual de pobres – sob a hipótese de que substituir a floresta por atividades formais gera tributos, financia a máquina pública e, se houver exportação, equilibra a balança comercial. Essa lógica é reforçada no chão pelas coalizões estabelecidas entre as elites políticas e econômicas, baseadas em informações privilegiadas a respeito de investimentos de grande porte, que justifica a injustiça socioambiental como o preço do progresso.

Os grandes projetos são abre-alas para novos empreendimentos que continuariam a conversão, p. ex., a exploração de ouro pela empresa Belo Sun após a construção da hidrelétrica de Belo Monte. O que ocorre, contudo, é que a promessa de que as pessoas serão assalariadas, estarão bem instaladas e continuarão a ter acesso a elementos positivos da vida na região nunca se cumpre.

Esta história de perdas e danos é muito bem apresentada e explicada por Loureiro (2002) e Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021). A partir da Figura 1, este texto espera oferecer uma representação de registros relativos à resistência do urbanismo de baixa densidade agrário tropical proposto por Prümers et al. (2022): uma representação de um sistema cidade-vila-rio-floresta para revelar a espacialidade da interdependência entre a floresta e as populações que vivem nas vilas e localidades, que são classificadas como aglomerados rurais isolados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). A imagem facilita a compreensão dos padrões espaciais que



emergem na totalidade da região e dá pistas sobre como o desvanecimento anunciado da floresta se manifesta nas escalas da vida cotidiana, a partir da localidade em que vivem as pessoas que saberiam como regenerá-la.

Esta contrarrepresentação lançou mão da sobreposição de camadas de informação por meio do uso de geotecnologias, informadas pela experiência de campo, para lançar uma hipótese. Se cada comunidade rural – nesta representação estão todos os tipos de assentamentos considerados rurais, chamados de aglomerado rural isolado: aldeias, vilas, agrovilas, quilombos etc. – necessita de uma área de manejo com raio aproximado de 5km<sup>13</sup>, as comunidades e suas respectivas áreas de manejo formam corredores ao longo dos rios – estes corredores estão mais claros nas áreas de floresta mais preservada, que foram menos afetadas pelos grandes projetos federais.

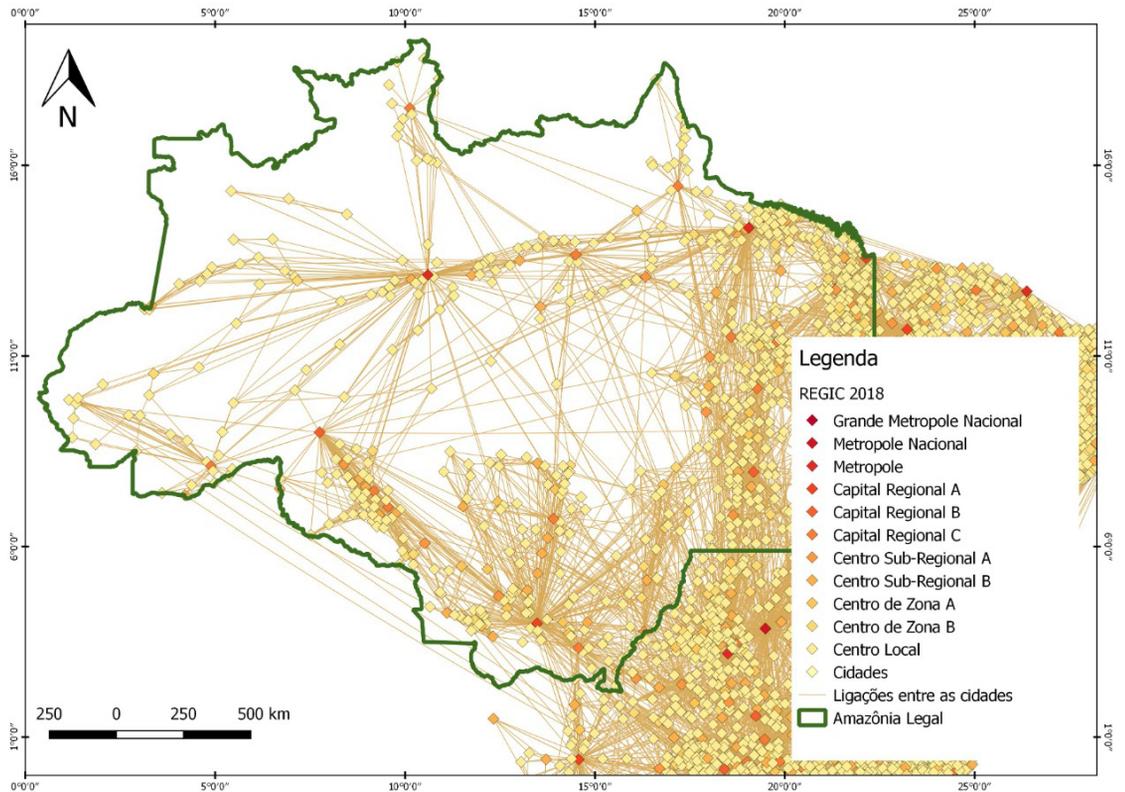
Os corredores demonstram o quanto estes aglomerados não são isolados e revelam uma “trama de povos que vivem da floresta”<sup>14</sup>, que não pode ser apreendida pelos estudos de rede urbana brasileira oficial do Estudo de Regiões de Influência de Cidades (REGIC) (IBGE, 2020), em que as regiões de influência de cidades são descritas segundo fluxos econômicos, de informação e populacionais que definem níveis hierárquicos para as sedes municipais (cidades) conforme representado na Figura 2. Os REGIC são atualizados decenalmente e partem da premissa de que o urbano corresponde às grandes centralidades e, não por acaso, as cidades que estão no último nível da rede parecem isoladas, dada a menor densidade de fluxos detectada entre cidades na Amazônia do que em outras regiões, indicando o quanto, para a lógica adotada como referência para o país, existe um campo cego em relação aos corredores de comunidades detectados na Figura 1. Seriam necessárias outras camadas para apreender melhor o processo de urbanização extensiva, marcando minas, hidrelétricas, logística de transporte etc., mas isto ampliaria demasiadamente o escopo deste texto. O que importa é a compreensão de que o urbano já extrapolou as cidades e do quanto a cidade não é o constructo privilegiado para o contexto amazônico, em que pese a legislação brasileira seguir nesta direção<sup>15</sup>. Portanto, trabalhar apenas a partir da rede de cidades não ajuda a avançar na solução do cubo mágico.

13 Este raio de 5km foi definido a partir de dados de campo obtidos em vivência realizada em 2016 por pesquisadoras do Grupo de Pesquisa Urbanização e Natureza na Amazônia, na comunidade São Braz, localizada no Projeto de Assentamento Agroextrativista Eixo Forte. As atividades cotidianas foram registradas e localizadas e contrapostas à poligonal que demarca os limites da comunidade e aos registros de imagens de satélite.

14 A alusão à trama vem da formulação teórico-técnica da trama verde e azul, desenvolvida originalmente na França, e depois difundida por toda a Europa. Trata-se de um tipo de Solução Baseada na Natureza (SbN) que adota camadas de informação como estratégia para potencializar a multifuncionalidade da paisagem. É originalmente ligada à preservação da biodiversidade, mas já adaptada para elaborações socioambientais no Brasil (CORMIER; CARCAUD, 2009; OLIVEIRA e COSTA, 2018).

15 O principal instrumento da gestão territorial municipal é o Estatuto da Cidade (Lei nº 10257/2001), que tem seu conjunto de instrumentos dedicados ao controle das rendas geradas pela urbanização, assumindo a propriedade privada e a existência de um mercado de terras como regra, e foco prioritariamente cidadão. Estas características não refletem a realidade dos municípios não metropolitanos, que são a grande maioria na Região Norte.

Figura 2. Rede de cidades da Amazônia Legal. Fonte: Elaborado por Kamila Oliveira a partir de dados de Amazônia Legal e IBGE (2018, 2020).



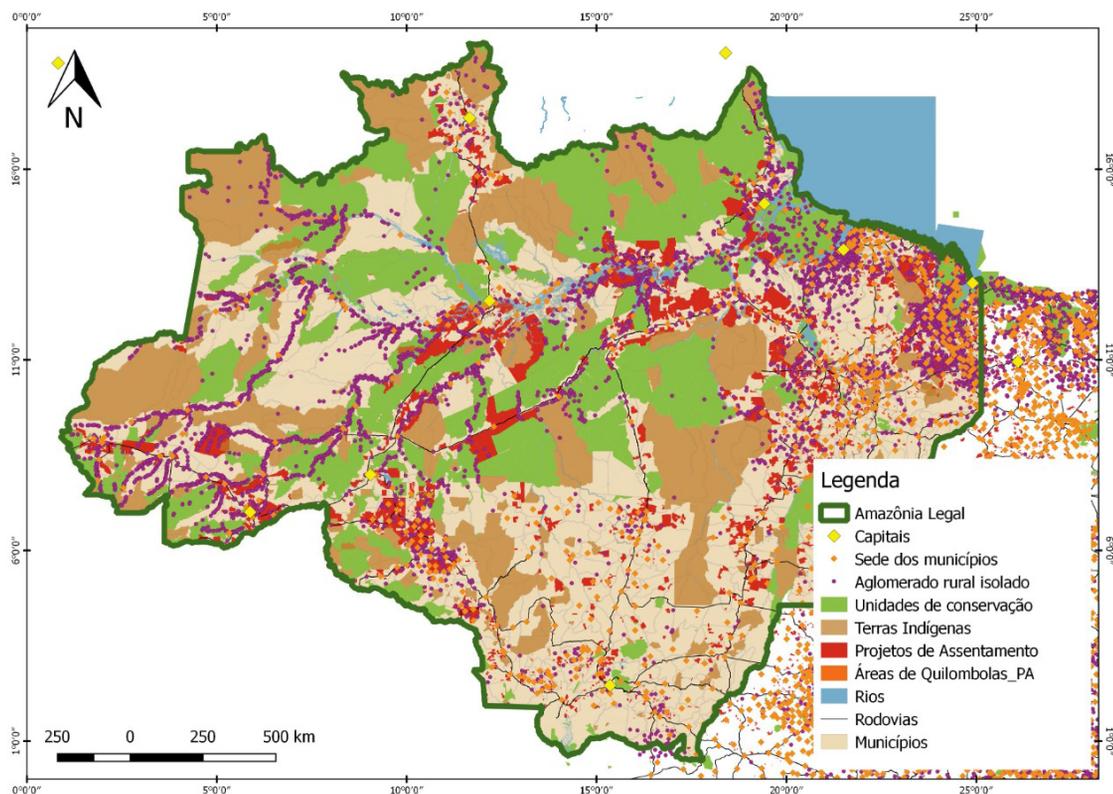
Interessa, aqui, explorar a contraparte do tecido urbano estendido, que extrapola as cidades e corresponde ao espaço já desmatado, aquela que resiste e que poderia ser ativada. Tal ativação permitiria que uma naturalização extensiva coexistisse dialeticamente com a urbanização extensiva, no sentido lefebvriano de buscar uma utopia como direção, neste caso a utopia do urbano natural proposta por Monte-Mór (2015). Na Figura 3, novas camadas foram adicionadas para deixar mais claro que o mosaico constituído por áreas protegidas, terras indígenas e assentamentos também corresponde à área florestada. As áreas não protegidas, além de desmatadas, contam com um padrão de ocupação mais difuso, em que o registro da trama já não é tão claro.

Porém, este mosaico, que resultou das lutas pelo reconhecimento de territórios após a Constituição de 1988, é dinâmico. Os pedidos de demarcação se arrastam por décadas e as solicitações em análise estão ameaçadas pelo Projeto de Lei (PL) nº 490/2022, que propõe o marco temporal, e por outros PL que propõem a redução de unidades de conservação, como o PL nº 8.107/2017, além do impacto da Lei de Regularização Fundiária, que prevê a extinção de projetos de assentamento (em vermelho no mapa) e destinação de suas terras ao mercado. Outro aspecto é o modo como o crime tem se apropriado da floresta (MESA..., 2022), repetindo a estratégia de

apropriação de espaços onde não há presença do Estado e onde cresce a vulnerabilidade da população, o que já foi observado por Feltran (2014), que trata sobre as periferias das cidades brasileiras na última virada de século.

Enxergar o futuro a partir do passado pode ser uma pista importante para a promoção de uma convergência genuína de campos de pesquisa; auxiliados por uma visão geo-histórica – simultaneamente capaz de compreender o processo e sua materialidade física – tanto multiescalar quanto multitemporal. Isso poderá transcender a configuração centro-periferia do sistema capitalista e estabelecer caminhos para a região a partir dela mesma, aproveitando o conhecimento de sua gente.

Figura 3. Sobreposição de camadas de dados político-administrativos, com destaque para as áreas protegidas (ambientais e socioambientais). Fonte: Elaborado por Kamila Oliveira a partir de dados de Amazônia Legal, IBGE, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Agência Nacional de Águas (ANA) (2013) e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).



## *Tramas dos povos da floresta: visão geral e seus fragmentos*

a pressão para que a agência humana, que é capaz de simultaneamente produzir espaço e ecossistemas (compreendidos como natureza), não sobreviva a esta fase da evolução da humanidade é enorme. Neste ponto, as cidades emergem como arena de disputa privilegiada, pois é dela que parte o sinal para completa implosão – modernização segundo repertórios importados – e explosão – transbordamento de atividades ligadas ao modo de vida urbano-industrial também baseadas em repertórios importados – da cidade histórica e criação de uma zona borrada sobre o que antes era floresta para alimentar o consumo em mercados urbanos distantes.

A disputa das localizações para usos de habitação, comércio e serviço implode áreas centrais das cidades (com melhor infraestrutura) e, também, por vezes, partes de vilas, enquanto as atividades produtivas se localizam fora da cidade, reestruturando e criando o que é tomado como espaço rural pelas estatísticas oficiais. É neste sentido que Cardoso (2021) chama atenção para a necessidade de institucionalização de uma representação do espaço periurbano estendido em documentos oficiais, tais como os planos diretores, visto que a trama constituída por comunidades pode exceder dezenas de vezes a extensão das cidades dentro de um município. Para uma rápida ilustração, se todas as comunidades de Santarém/PA ainda contassem com sua área de manejo, os corredores formados por elas ocupariam aproximadamente 30% do território municipal, contra os menos de 2% ocupados pela sede.

A dicotomia urbano-rural ainda sustentada pelos planos diretores e perímetros urbanos favorece a conversão de uso e desestruturação do arranjo espacial nativo. A produção da cidade se tornou um negócio muito lucrativo para os agentes que controlam a terra dentro e fora da cidade. As coalizões que articulam os empreendimentos rurais e o setor imobiliário são comuns, seja pela oferta da terra e pressão política para ampliação dos perímetros urbanos, seja pela formação de demanda para consumo de produtos de alto luxo (CARDOSO; VENTURA NETO, 2019; CARDOSO; CÂNDIDO; MELO, 2018; CARDOSO; OLIVEIRA; GOMES, 2020; MELO; CARDOSO, 2016).

É preciso mencionar, ainda, dois pontos: que, em clima tropical úmido, as grandes massas de vegetação, além de permitirem a produção e a reprodução da vida de

populações que dependem da biodiversidade, têm papel fundamental na modulação do microclima (ROMERO, 2000), e que as cidades não internalizaram grandes áreas verdes, visto que eram circundadas de floresta e careceram de ação de adaptação à velocidade da transformação da paisagem. Esta evolução aumenta a alienação da população em relação às condições ambientais locais. Passa-se a viver cada vez mais em caixas – casas, outros edifícios ou carros – que dependem de refrigeração e emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>). A título de exemplo, as Figuras 4, 5 e 6 mostram uma fração deste periurbano estendido para as cidades de Marabá/PA e Santarém/PA, e uma visão mais completa para Belém/PA, para contextualizar brevemente o desvanecimento da trama dos povos da floresta a partir de seus fragmentos que contornam e penetram as cidades na região.

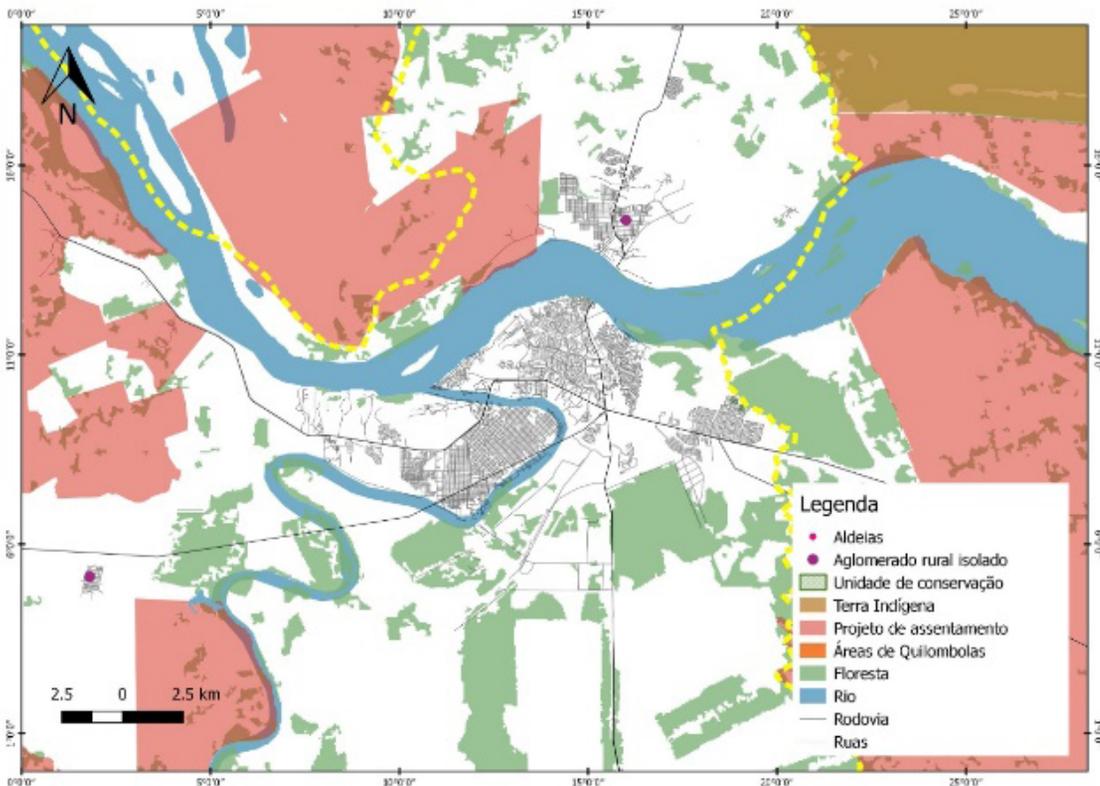


Figura 4. Cidade de Marabá/PA e entorno. Limite municipal tracejado em amarelo. Fonte: Elaborado por Kamila Oliveira a partir de dados de Floresta Anual, TerraBrasilis, IBGE, ANA (2013), MMA, Incra, DNIT e Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

Belém/PA é a cidade de fundação portuguesa mais antiga da região, implantada sobre a aldeia Tupinambá, que se chamava Mairi, e sempre exerceu a função de metrópole; Santarém/PA foi fundada sobre aldeia da sofisticada Civilização Tapajônica, muito estudada pela arqueologia; e Marabá/PA foi fundada por exploradores de caucho em um pontão formado pelo encontro de dois rios, seguindo a configuração que é peculiar dos sítios de assentamentos indígenas. Estas duas últimas cidades são centros regionais potencializados pela implantação de logística de transporte – aeroportos, portos, rodovias e ferrovias – e pela ação dos grandes projetos e das políticas federais.

Em Marabá/PA, cidade atualmente constituída por cinco núcleos (CARDOSO; GOMES; MELO, 2015), se houvesse interesse pela recuperação das massas vegetais que penetram na cidade, as várzeas vegetadas dos rios principais e dos cursos d'água internos que ainda resistem poderiam ser facilmente articuladas às massas vegetais que ainda restam no entorno da cidade, conforme apontado em Pontes e Cardoso (2016) e Bibas e Cardoso (2016). Ocorre que o movimento na cidade é oposto: de ocupação das várzeas, inclusive do interstício chamado Varjão, localizado entre o núcleo chamado de Pioneiro – a cidade original ribeirinha – e o núcleo Nova Marabá – a cidade projetada e parcialmente implantada pelo governo federal –, que funciona como uma bacia de retenção das águas durante as cheias anuais. Observa-se que o mosaico de assentamentos de reforma agrária cumpriu a diretriz federal da época de implantação de promover o desmatamento – se o assentado não desmatasse, perdia o lote. O antigo núcleo rural localizado na margem oposta do Rio Tocantins, a antiga vila de São Félix, já foi incorporado à cidade como um novo núcleo, conectado aos demais por meio da ponte que atende a rodovia e a ferrovia. Não por acaso, estudos detectaram elevação de temperatura na cidade, associada ao intenso desmatamento do entorno (ALMEIDA, 2007).

Em Santarém/PA, a praia Vera-Paz foi transformada em porto e, de acordo com o plano diretor (SANTARÉM, 2018), a margem para além do calçadão turístico, que alcança uma área quilombola que já foi aglutinada como bairro periférico pela cidade, chamada Maicá, também deveria se tornar zona portuária. O Maicá está logo após o corredor de vegetação e rio interno, localizado mais a oeste da cidade, acima do polígono de uma unidade de conservação. O assentamento agroextrativista Eixo Forte, que separa a cidade de Santarém/PA da vila turística de Alter do Chão<sup>16</sup>, está perdendo a

16 Rodrigues (2021) identificou que Alter do Chão foi originalmente uma aldeia Borari, onde ainda resistem dois cacicados liderados por mulheres. As terras requeridas pelo povo Borari há décadas nunca foram demarcadas.

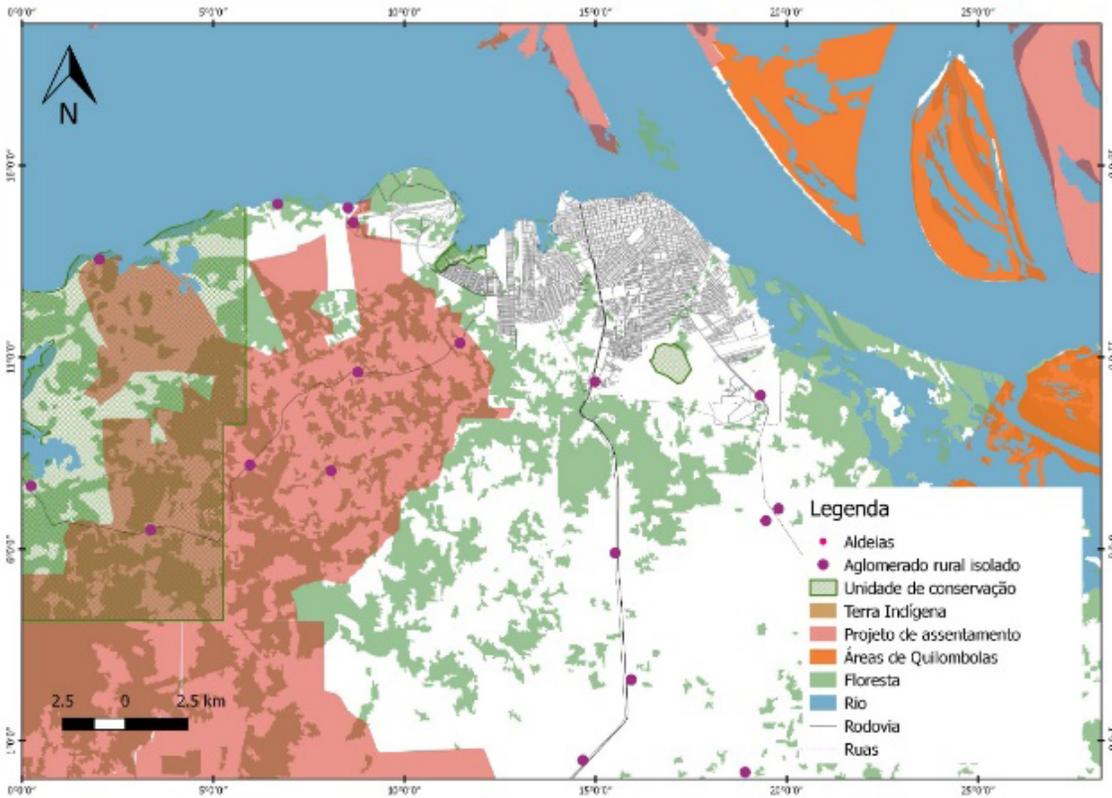


Figura 5. Cidade de Santarém/PA e entorno. Fonte: Elaborado por Kamila Oliveira a partir de dados de Floresta Anual, TerraBrasilis, IBGE, ANA (2013), MMA, Inbra, DNIT e Funai.

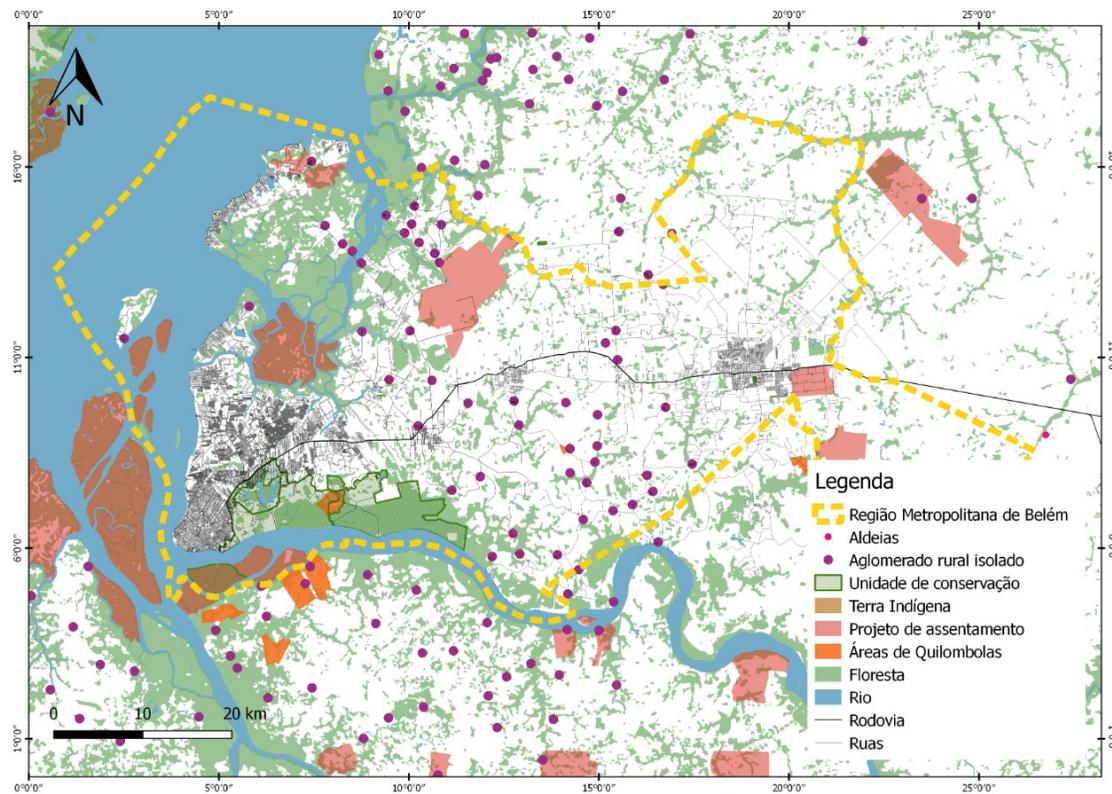


Figura 6: Belém/PA, sua região metropolitana e entorno insular. Fonte: Elaborado por Kamila Oliveira a partir de dados de Floresta Anual, TerraBrasilis, IBGE, ANA (2013), MMA, Inbra e DNIT.

vegetação que sustenta suas comunidades em ritmo acelerado. No entorno de Santarém/PA há um avanço da monocultura de soja, que disputa claramente as terras manejadas pelas comunidades, associada à pressão imobiliária para incorporação do eixo rodoviário de ligação entre Santarém/PA e Alter do Chão como vetor de expansão pelo turismo imobiliário<sup>17</sup>. Na borda leste da cidade, a mata secundária foi transformada em loteamento de luxo e em um conjunto habitacional do projeto MCMV, habitado por 15 mil pessoas. O Conjunto Salvação foi destinado aos grupos sociais que passam a viver exclusivamente na cidade, mas a baixa oferta de trabalho na cidade e a carência de áreas com biodiversidade para manejo na cidade têm resultado no avanço mais rápido do crime organizado do que das políticas públicas nesta área de expansão (REIS; RODRIGUES, 2019).

Mesmo em uma metrópole como Belém/PA, os fragmentos da trama estão presentes. Contudo, são mais facilmente detectáveis articulando continente e ilhas. As ilhas, que já foram vistas no passado como o espaço do expurgo, de localização de usos indesejáveis, ou o espaço subalterno dos ribeirinhos, são hoje “a bola da vez” da pressão por expansão urbana. Porém, as ilhas e seus assentamentos agroextrativistas, os quilombos, agricultores urbanos, assentamentos agroecológicos e grupos de indígenas urbanos criam uma miríade de registros da face amazônica da cidade, disputando suas bordas e suas centralidades, especialmente as feiras e as massas verdes. A partir de 1950, a cidade absorveu migrantes nas várzeas continentais, que eram chamadas de baixadas, hoje consolidadas como bairros populares, mas também como áreas de risco e assentamentos precários (CARDOSO; VICENTE; BRITO, 2021; CARDOSO; VICENTE; OLIVEIRA, 2020). Nos anos 1980, a área de expansão de Belém/PA cresceu em ritmo três vezes superior à média nacional, constituindo-se em um amálgama de conjuntos habitacionais, loteamentos, ocupações e condomínios de luxo (LIMA, 2022). Toda esta dinâmica tem consumido as massas vegetais remanescentes, contaminado rios internos com efluentes de esgoto (MIRANDA, 2020), inviabilizando a permanência de grupos que dependem das massas vegetais ou dos rios. A expansão metropolitana segue um padrão extensivo que elimina as massas vegetais e reedita os mesmos processos de exclusão já descritos. As áreas que são protegidas (unidades de conservação) não são habitadas, mas podem ser mobilizadas para ações metropolitanas estratégicas (p. ex.: mobilidade metropolitana), enquanto as áreas institucionais que

17 Para mais detalhes, ver Cardoso, Oliveira e Gomes (2020) e Dal'Asta, Amaral e Monteiro (2017).

retiveram grandes massas vegetais no meio da cidade têm sido transformadas em condomínios e empreendimentos comerciais. Na periferia metropolitana, as áreas das comunidades têm sido varridas pelos negócios imobiliários de capital regional, nacional e estrangeiro.

Observa-se uma crescente alienação dos habitantes da região em relação aos serviços ecossistêmicos que são perdidos com o desaparecimento das massas vegetais. A propaganda de empreendimentos imobiliários que aciona a proximidade com uma natureza idílica diferencia os empreendimentos de luxo. Vendem-se simulacros que seguem as fórmulas internacionais, nos quais a etapa inicial de supressão integral da vegetação destrói o ecossistema, mas a paisagem é reconstituída posteriormente por meio de áreas verdes – à moda funcionalista – ornamentadas por palmeiras e outras espécies exógenas, para usufruto privado. Isto contrasta fortemente com a cultura dos pomares de acesso público localizados nas bordas das cidades da região: no Baixo Tocantins, tais pomares deram origem aos bairros chamados de Matinha; em Marabá/PA, os castanhais públicos garantiam o sustento de famílias até serem privatizados.

Sobre Belém/PA, o estudo climatológico de Moraes et al. (2022) revela que nos últimos 35 anos a temperatura aumentou, em média, 1°C na Região Metropolitana de Belém, com aumento maior nos municípios que formam a borda desmatada e menor na área circundada pelas ilhas ainda vegetadas. A trama dos povos da floresta está sob risco de desaparecer antes de ser reconhecida como de interesse metropolitano pelos municípios, como já acontece em municípios europeus que aderiram à concepção ecológica das tramas verdes e azuis. Como exemplo de regulamentação, há o caso da Câmara Municipal de Porto, que conta com uma Carta de Estrutura Ecológica Municipal dentre os instrumentos do seu plano diretor<sup>18</sup>, em razão da necessidade de adaptação às mudanças climáticas. Na Amazônia, a necessidade premente é o restabelecimento das soluções que permitiram a coexistência de diversas formas de vida por milênios e que necessariamente incluíam os humanos, muito bem representados pelos nossos povos originários.

18 Disponível em <https://pdm.cm-porto.pt/documentacao/>

## *Arrematando a conversa*

Na Amazônia, a emergência climática se sobrepõe ao processo histórico de exclusão socioambiental e, nesta argumentação, espera-se ter conseguido iluminar as potencialidades de constituição de uma utopia urbano-natural se um esforço de convergência real for feito entre campos disciplinares para orientar tecnologias físicas em suporte às tecnologias sociais que produziram estes ecossistemas.

O impacto de séculos de construção de subalternidade é imenso e a pressão para a conversão total da floresta e de sua gente à cosmovisão capitalista – trata-se de apenas mais uma cosmovisão – nunca esteve tão forte, com a tendência de transformação de áreas como a Amazônia em espaços controlados pelo crime, como ocorreu nas periferias das cidades do Brasil. Mas há pontos luminosos emergindo de todas as partes, como a enorme contribuição da pesquisa arqueológica para revelar o que fomos, bem como as contribuições das artes, da cultura e da sociologia para fortalecer nossas identidades. A sistematização destes saberes tem permitido a recomposição de uma geo-história a partir do interior da região e apoiada pelas geotecnologias próprias do urbanismo e do planejamento urbano.

A trama dos povos da floresta se revela por dentro e no chão, inspirada nas tramas verdes e azuis da ecologia europeia, mas especialmente baseada no conhecimento do chão onde vivem as pessoas e onde acontecem as disputas de poder mais selvagens. O racismo é um pilar do sistema capitalista que o mundo não pode mais manter, pois cada conhecimento descartado – porque é associado a povos subalternizados por colonizadores ignorantes – atrasa a constituição de repertórios para a vida no planeta no século XXI.

Tudo é fluxo; ar, água e clima não respeitam fronteiras político-administrativas. Mapas-programas em escala regional ou planos circunscritos às cidades não poderão orientar a ação para reverter o cenário de destruição que o desenvolvimentismo de base urbano-industrial gerou. Será preciso humildade para ouvir e aprender com os humanos que conhecem o passado, por meio da memória e, principalmente, dos valores dos povos originários e das comunidades tradicionais. Apenas assim será possível construir tecnologias para o futuro.

Só haverá futuro se houver convergência e movimento sincronizado de todos os tipos de saberes, em todas as escalas e temporalidades. Para que o quebra-cabeça seja resolvido, todas as faces do cubo devem ser montadas juntas.

## Referências

A POLÍTICA antiambiental do governo brasileiro e os impactos na agenda internacional do país. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (87 min). Publicado pelo canal Fase – Solidariedade e Educação. Disponível em: <https://youtu.be/yEmzW64QMCs>. Acesso em: 3 ago. 2022.

ACEVEDO Rosa; CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios*. Belém: NAEA, 1998.

ALMEIDA, Milton Fernandes de. *Caracterização agrometeorológica do município de Marabá/PA*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal do Pará, Marabá, 2007.

ANDRADE, Fabiano Paes. *De São Braz ao Jardim Público – 1887-1931: um ramal da estrada de ferro de Bragança em Belém do Pará*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 9-24, 2000. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2000n2p9>.

BALANDIER, Georges. *La situation coloniale: approche théorique*. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, n.º 11, p. 44-79, 1951.

BARTOLI, Estevan. *Cidades na Amazônia, sistemas territoriais e a rede urbana*. Mercator, Fortaleza, v. 17, 1-16, 2018. <https://doi.org/10.4215/rm2018.e17027>

BIBAS, Luna; CARDOSO, Ana Cláudia. *Redesenhos para Marabá (PA): aspectos socioambientais e de desenho urbano*. *Arquitextos*, v. 17, n. 199.07, 2016. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.199/6357>. Acesso em: 16 fev. 2023.

BRASIL. *Lei nº 11.925, de 17 de abril de 2009. Dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 abr. 2009*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11925.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11925.htm). Acesso em: 17 fev. 2023.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. *Que contribuições virão de Amazônia brasileira para o urbanismo do século XXI?* *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 36-53, 2021.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; VICENTE, Letícia Ribeiro; BRITO, Romário. *Espacialidades da Várzea Amazônica: os Casos de Afuá, Mocajuba e Belém*. *Paranoá*, 29, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n29.2021.05>

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; VENTURA NETO, Raul da Silva. *Desenvolvimentismo e mercantilização da terra: transição e resistência das várzeas paraenses*. *Novos Cadernos Naea*, Belém, v. 23, n. 1, p. 219-242, 2020.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; VICENTE, Letícia Ribeiro; OLIVEIRA, Rafaela Carolina Bulhões de. *Cartografia Social da Ilha de Cotijuba – Belém/PA. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v.27, n.39, 1<sup>fl</sup> sem. 2020, pp 255-293.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; CÂNDIDO, Lucas Souto; MELO, Ana Carolina Campos de. *Canaã dos Carajás: um laboratório sobre as circunstâncias da urbanização, na periferia global e no alvorecer do século XXI. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo*, v. 20, n. 1, p. 121-140, 2018. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n1p121>

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; MELO, Ana Carolina de; GOMES, Taynara. *O urbano contemporâneo na fronteira de expansão do capital: padrões de transformações espaciais em seis cidades do Pará, Brasil. Revista de Morfologia Urbana, Belém*, v. 4, n. 1, p. 5-28, 2015.

CARDOSO, Ana Cláudia; OLIVEIRA, Kamila; GOMES, Taynara. *Mismatches between extended urbanization and everyday socioenvironmental conflicts in Santarém, Pará, Brazil. Sustainability in Debate, Brasília, DF*, v. 11, n. 1, p. 83-97, 2020.

CICLO regenerantes de Gaia – Amazônia e o “manejo da abundância” – Eduardo Neves e Valdely Kinupp. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (127 min). Publicado pelo canal Selvagem Ciclo de Estudos sobre a Vida. Disponível em: <https://youtu.be/3G4pVMgfLLA>. Acesso em: 1 ago. 2022.

CORMIER, Laure; CARCAUD, Nathalie. *Les trames vertes : discours et/matérialité, quelles réalités ? Projets de Paysage: revue Scientifique sur la conception et l'aménagement de l'espace, Marseille*, n. 2, p. 1-17, 2009.

CORREA, Roberto Lobato. *A periodização da rede urbana na Amazônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro*, v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987.

COSTA, Francisco de Assis. *A brief economic history of Amazon (1720-1970). Cambridge: Cambridge Scholars Publishing*, 2019.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Sociologia de la imagen: miradas ch'ixi desde la historia andina. Buenos Aires: Tinta Limón*, 2015.

DAL'ASTA, Ana Paula; AMARAL, Silvana. *Locality attributes and networks serving to reveal Amazonian urbanization beyond the cities. Geographical Review, Oxfordshire*, v. 109, n. 2, p. 199-223, 2018.

DAL'ASTA, Ana Paula; AMARAL, Silvana; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. *Um modelo para a representação espaço-temporal do fenômeno urbano na Amazônia contemporânea. Políticas Públicas & Cidades*, v. 5, n. 2, p. 17-37, 2017.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA*, 2008.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. Cadernos CHR*, v. 27, n. 72, p. 495-512, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300004>

FIORAVANTI, Carlos. *Os limites de um sonho amazônico. Pesquisa Fapesp, São Paulo*, n. 309, p. 82-85, 2021.

GUERRA, Antônio Teixeira. *Observações geográficas sobre o território do Guaporé. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro*, v. 15, n. 2, p. 183-302, 1953.

HECKENBERGER, Michael J. et al. *Pre-Columbian urbanism, anthropogenic landscapes, and the future of the Amazon*. *Science*, Washington, DC, v. 321, n. 5893, p. 1214-1217, 2008. <https://doi.org/10.1126/science.1159769>

HUERTAS, Daniel Monteiro. *Da fachada atlântica à imensidão amazônica: fronteira agrícola e integração territorial*. São Paulo: Annablume, 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cadastro de localidades selecionadas*. IBGE, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: [https://geofp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/estrutura\\_territorial/localidades/cadastro\\_localidades\\_selecionadas.pdf](https://geofp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/localidades/cadastro_localidades_selecionadas.pdf). Acesso em: 3 ago. 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Região de influência de cidades: 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IPBES. INTERGOVERNMENTAL SCIENCE-POLICY PLATFORM ON BIODIVERSITY AND ECOSYSTEM SERVICES. *The global assessment report on biodiversity and ecosystem services*. Bonn: UN Habitat, 2019.

IPCC. INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Climate change 2022: impacts, adaptation and vulnerability*. New York: IPCC, 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>. Acesso em: 3 ago. 2022.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, 2002.

LUCHESE, Maria Cecília. *Em defesa do planejamento urbano: ressonâncias britânicas e a trajetória de Harry James Cole*. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

LUCHESE, Maria Cecília. *HJ Cole + Associados: planejamento e empreendimentos (1970-1980)*. *Urbana*, Campinas, v. 5, n. 6, p. 201-226, 2013.

LUIZÃO, Flávio J.; NOBRE, Carlos A.; MANZI, Antonio O. *Projeto LBA: estudando as complexas interações da biosfera com a atmosfera na Amazônia*. *Acta Amazônica*, v. 35, n. 2, 1-2, 2005

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2019.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. *Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MELO, Ana Carolina Campos de; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. *O papel da grande mineração e sua interação com a dinâmica urbana em uma região de fronteira na Amazônia*. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 26, p. 1211-1243, 2016. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/3963>

MESA REDONDA: A VIOLÊNCIA NA AMAZÔNIA E SUAS RAÍZES HISTÓRICAS, 2022, Belém. *Anais eletrônicos (...)*. Belém: NAEA; UFPA, 2022. Disponível em: <https://www.naea.ufpa.br/index.php/menu-noticias/368-a-violencia-na-amazonia-e-suas-raizes-historicas>. Acesso em: 16 fev. 2023.

MIRANDA, Thales Barroso. *A ilusão da igualdade: natureza, justiça ambiental e racismo em Belém*. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

MONTE-MÓR, Roberto. *Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental*. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. (org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994. p. 169-181.

MONTE-MÓR, Roberto. *Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano*. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto. (org.). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 55-69.

MORAES, Bergson Cavalcanti et al. *Crescimento urbano e suas implicações para o tempo e clima da região metropolitana de Belém do Pará*. *Revista Brasileira de Geografia Física, Recife*, v. 15, n. 4, p. 2045-2060, 2022.

MORELATO, Adriana Hiromi. *O descompasso do “modelo” na urbe amazônica: o caso de Porto Velho*. 2021. *Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Belém*, 2021.

MOURÃO, Gersa Maria Neves. *Colonização recente no sudeste de Roraima, Amazônia brasileira: entre a política e a natureza*. *Acta Geográfica, Roraima*, v. 2, n. 4, p. 31-39, 2008.

NEVES, Eduardo Góes. *Sob os tempos do equinócio: Oito mil anos de história na Amazônia central*. São Paulo: Editora Ubu, 2022.

OLIVEIRA, Ana Mourão; COSTA, Heloisa Soares de Moura. *A trama verde e azul no planejamento territorial: aproximações e distanciamentos*. *Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais*, 20(3), 538. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n3p538>.

PASQUIS, Richard et al. *“Reforma agrária” na Amazônia: balanços e perspectivas*. *Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, DF*, v. 22, n. 1, p. 83-96, 2005.

PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém: estudo de geografia urbana*. Belém: Editora da UFPA, 1968.

PINHO, Carolina Moutinho. *Análise das redes de localidade ribeirinhas amazônicas no tecido urbano estendido: uma contribuição metodológica*. 2012. *Tese (Doutorado em Sensoriamento Remoto) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos*, 2012.

PIZARRO, Ana Irene. *Amazonía: imaginario y discurso*. *Lope de Aguirre*. *Revista da UFMG, Belo Horizonte*, v. 27, n. 1, p. 182-203, 2020.

PONTES, Louise Barbalho; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. *Open spaces: windows for ecological urbanism in the Eastern Amazon*. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 8, n. 1, p. 96-112, 2016. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.008.001.SEO6>

PRESTES-CARNEIRO, Gabriela et al. *Subsistence fishery at Hatahara (750-1230 CE), a pre-Columbian central Amazonian village*. *Journal of Archaeological Science: Reports, Amsterdam*, v. 8, p. 454-462, 2016. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jasrep.2015.10.033>.

PRÜMERS, Heiko et al. *Lidar reveals pre-Hispanic low-density urbanism in the Bolivian Amazon*. *Nature, London*, v. 606, p. 325-328, 2022.

REIS, Ana Beatriz Oliveira; RODRIGUES, Yuri Santana (org.). *A luta pelo direito à cidade na Amazônia: o processo de revisão do Plano Diretor de Santarém (PA)*. Santarém: FASE, 2019.

ROCHA, Gilberto de Miranda; SOARES, Daniel Araújo; MORAES, Sérgio Cardoso. Dinâmicas territoriais na zona costeira do Estado do Pará, Amazônia brasileira. *Confins*, [s. l.], n. 42, 2019. <https://doi.org/10.4000/confins.24132>

ROCHA, Gilberto de Mirana ; GONÇALVES, Sabrina Fortes e Silva. Considerações sobre a federalização e a gestão compartilhada do território na Amazônia Brasileira. *Confins*, [s. l.], 30, 2017. <https://doi.org/10.4000/confins.11665>.

RODRIGUES, Yuri. Relatório de pesquisa: alter do chão e PAE eixo forte. Projeto “Alternativas de desenvolvimento: cartografia social de territórios de populações tradicionais do Pará e Minas Gerais”. Belém: Editora da UFPA, [2020?]. No prelo.

ROMERO, Marta Adriana. Princípios bioclimáticos para o desenho urbano. São Paulo: Projeto, 2000.

ROSTAIN, Stéphen. Pre-Columbian earthwork in coastal Amazonia. *Diversity*, Basel, v. 2, n. 3, p. 331-352, 2010. <https://doi.org/10.3390/d2030331>

SANTARÉM. Lei nº 189, de 2018. Estabelece o Plano Diretor do Município de Santarém. Imprensa Oficial do Município de Santarém, Santarém, 2018.

SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia. Manaus: Valer, 2019.

SAQALLI, Mehdi et al. “Somos Amazonía”, una nueva identidad interindígena en la Amazonía ecuatoriana: ¿más allá de un jus aplidía tácito de origen ecológico? *Perspectiva Geográfica*, Bogotá, v. 25, n. 1, p. 12-34, 2020. <https://doi.org/10.19053/01233769.8983>

SOUZA, Jonas Gregorio de et al. Pre-Columbian earth-builders settled along the entire southern rim of the Amazon. *Nature*, London, v. 9, p. 1-10, 2018.

TERENA, Luiz Eloy; DUPRAT, Deborah. Artigo: o genocídio indígena atual. *APIB*, [s. l.], 18 mar. 2021. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/03/18/artigo-o-genocidio-indigena-atual/>. Acesso em: 1 ago. 2022.

TRECCANI, Girolamo Domenico. Terras de quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: SEJUR; Programa Raízes, 2006.

VENTURA NETO, Raul da Silva. A (trans)formação socioespacial da Amazônia: floresta, rentismo e periferia. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

VICENTINI, Yara. Cidade e história na Amazônia. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

VIEIRA, Patrícia. Utopian Amazons: a communitarian matriarchy in the jungle. *Revista da UFMG*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1/2, p. 98-115, 2017.

WAGLEY, Charles. Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957.